

DESAFIOS DA APLICAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente surgiu no final do século XIX, com o movimento ambiental ganhando força após a Segunda Guerra Mundial e levando à gestão ambiental para mitigar impactos das empresas (Barbieri, 2016). O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) emergiu na década de 1950, consolidando-se nas décadas de 1980 e 1990, especialmente com a teoria dos stakeholders, impulsionando sua adoção nas organizações (Frizon, Eugênio & Falcão, 2021; Freeman, 1984; Mata, Fialho & Eugênio, 2018). O mercado passou a priorizar organizações sustentáveis, atraindo investidores que valorizam aspectos econômicos, sociais e sustentáveis (Brito, Oliveira & Cândido, 2021).

O desenvolvimento sustentável surgiu em resposta à conscientização sobre questões ambientais e sociais, exigindo uma abordagem que atenda ao tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas (Lara & Serafim, 2020; ONU, 2015). Este estudo busca identificar as práticas de sustentabilidade nas organizações em consonância com as orientações legais e as demandas do cumprimento da ODS 2030, destacando que a criação de mecanismos para atingir esses objetivos pode diferenciar empresas comprometidas.

A pergunta norteadora do estudo é: Quais os desafios para a aplicação efetiva dos ODS da Agenda 2030, considerando o papel do Estado e das organizações? O objetivo geral é identificar esses desafios, enquanto os objetivos específicos incluem verificar dificuldades na aplicação da Agenda 2030 e identificar fatores que podem comprometer sua eficácia. A pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas e documentais, utilizando o método comparativo para analisar estudos de 2020 a 2024 sobre os Objetivos Sustentáveis para o Desenvolvimento, selecionando trabalhos da plataforma SCIELO com a palavra-chave "ODS nas organizações".

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão Ambiental - Foco nas Práticas Sustentáveis

A preocupação com o meio ambiente teve início no final do século XIX, e o movimento ambiental se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, resultando na gestão ambiental, que busca reduzir ou compensar os impactos das empresas (Barbieri, 2016). O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) surgiu na década de 1950, solidificando-se nas décadas de 1980 e 1990, especialmente com a teoria dos stakeholders, promovendo sua adoção em várias organizações (Frizon, Eugênio & Falcão, 2021; Freeman, 1984; Mata, Fialho & Eugênio, 2018). Com isso, o mercado começou a valorizar organizações sustentáveis, atraindo investidores que priorizam empresas com forte RSC, levando em conta aspectos econômicos, sociais e sustentáveis (Brito, Oliveira & Cândido, 2021). O desenvolvimento sustentável emergiu em resposta à conscientização sobre questões ambientais e sociais, exigindo das organizações uma abordagem que contemple o tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030, composta por 17 ODS e 169 metas (Lara & Serafim, 2020; ONU, 2015).

2.2 Sustentabilidade

Historicamente, a sustentabilidade está ligada à preservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras, buscando um crescimento que integre a preservação ambiental à economia (Aquino et al., 2021). A Comissão Brundtland definiu sustentabilidade em 1987 como o uso dos bens naturais sem comprometer as gerações futuras, dando origem ao conceito de Desenvolvimento Sustentável em resposta a preocupações ambientais e sociais (CMMAD, 1991). O desenvolvimento sustentável reflete a conscientização sobre crises ambientais e desigualdade social, abrangendo distribuição justa de renda, geração de empregos e acesso equitativo a recursos (Carvalho, 2019; Wood, 2014). Seu objetivo é manter a homogeneidade

social, erradicar a pobreza e melhorar a qualidade de vida, promovendo ao mesmo tempo a conservação ambiental (Stoffel & Colognese, 2015).

As empresas também têm se mostrado preocupadas com o impacto de suas atividades no meio ambiente (Freitas, Santos & Crisóstomo, 2018). A promoção do desenvolvimento sustentável requer o engajamento do governo, da sociedade e das organizações para manter padrões ambientais adequados e promover o bem-estar social (Cardoso, 2021). As empresas são cada vez mais cobradas a serem competitivas e a se conformar com os princípios de sustentabilidade, focando no tripé econômico, social e ambiental.

A partir da década de 1990, a preocupação com a preservação ambiental e as condições sociais e econômicas impulsionou as pesquisas sobre desenvolvimento sustentável no Brasil, especialmente com a criação da Agenda 21 (Ferreira, 2019). As organizações começaram a se preocupar mais com seus impactos ambientais, adotando ações para preservação dos recursos naturais (Freitas, Santos e Crisóstomo, 2018).

A sustentabilidade nas organizações é definida como a capacidade de manter um equilíbrio que assegure qualidade de vida, integrando aspectos sociais, ambientais e econômicos (Morais, Martins & Santos, 2020). As empresas podem ter posturas defensivas, limitando-se a cumprir a legislação, ou proativas, integrando objetivos sustentáveis nas atividades gerenciais. Estudos mostram que a abordagem proativa resulta em maior retorno de ativos, destacando que práticas responsáveis são benéficas (Cardoso, 2021). Com a exigência de posturas sustentáveis, o desempenho organizacional é influenciado tanto pelo desempenho econômico direto quanto pelo impacto econômico indireto nas comunidades (Morais, Martins & Santos, 2020; Ranangen & Lindman, 2017). Portanto, é crucial que gestores integrem a sustentabilidade nas decisões, gerando vantagem competitiva nos três pilares: social, ambiental e econômico, e adotem novos modelos de negócios que considerem todas as partes interessadas afetadas por suas atividades.

2.3 ODS

As discussões sobre desenvolvimento sustentável têm crescido, com líderes mundiais buscando tornar seus países mais sustentáveis, culminando na criação da Agenda 2030, baseada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para enfrentar questões ambientais, sociais e econômicas (Lara & Serafim, 2020; Zorzo et al., 2022). Em 2015, a ONU ratificou os ODS, um apelo global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover paz e prosperidade, com 17 objetivos voltados para o bem-estar da população (ONU, 2015).

A Agenda 2030, intitulada “Transformando o Nosso Mundo”, aborda problemas globais a serem resolvidos até 2030, enfatizando a colaboração entre sociedade e Estados-Membros para alcançar os objetivos por meio de tecnologia e inovação (Michaelsen, 2020; Zorzo et al., 2022). Os ODS incluem metas como acabar com a pobreza, erradicar a fome, garantir saúde, promover educação inclusiva, assegurar igualdade de gênero, e proteger ecossistemas, entre outros. Estabelecidas as metas, a Agenda 2030 propõe alternativas para promover justiça social e desenvolvimento sustentável, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais de forma colaborativa e cooperativa (Lara & Serafim, 2020; Zeifert, Cenci & Manchini, 2020).

3. METODOLOGIA

A pesquisa visa identificar os desafios na aplicação efetiva dos ODS da Agenda 2030, focando no papel do Estado e das organizações. Objetivos específicos incluem verificar dificuldades na implementação e fatores que comprometam a eficácia do projeto. Baseou-se em fontes bibliográficas, conforme Gil (2008), e utilizou o método de revisão de literatura, formando um texto analítico sobre o tema (Brizola & Fantin, 2016). Foram analisados estudos de 2020 a 2024 sobre os ODS, selecionados na plataforma SCIELO com as palavras-chave "ODS nas organizações". Após a busca inicial de 19 estudos, aplicou-se critérios de inclusão e exclusão, resultando em 12 artigos. Após leitura, 4 foram removidos — 3 duplicados e 1 irrelevante — restando 8 para análise. Os estudos estão em 2 idiomas: 2 em espanhol, 3 em

inglês e 3 em português, com um quadro elaborado para visualizar autores, ano, objetivo e conclusão.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 Análise dos Dados

Em busca de atingir os objetivos do estudo, cada estudo foi lido e separado de acordo com os autores, ano de publicação, objetivos e conclusão após a leitura dos resultados.

Quadro 1: Estudos utilizados na análise.

AUTORES	OBJETIVOS	CONCLUSÃO
Barzola e Mendonza	Analisa os índices globais de inovação que permitem entender o posicionamento de cada país diante dessa questão e a resposta oferecida pelas instâncias governamentais, bem como as variáveis investigadas para construir essas métricas.	Embora haja uma associação entre a presença de inovação nas estruturas governamentais e a pressão para cumprir as metas dos ODS de 2030, ainda é incerto se as políticas públicas de inovação social terão um impacto significativo nessas metas da ONU
Litre, <i>et al.</i>	O estudo analisa dois casos de "governança suficientemente boa" em áreas vulneráveis às mudanças climáticas: no Bioma Pampa, Argentina, e no Bioma Amazônia, Brasil. Esses casos podem contribuir para os ODS 12, 13, 15, 16 e 17, promovendo práticas sustentáveis e fortalecendo instituições locais para mitigar os impactos das mudanças climáticas.	A implementação da agenda de sustentabilidade e dos ODS enfrenta desafios locais, mas abordagens de gestão flexível podem transformar esses obstáculos em oportunidades. A integração de políticas públicas em uma estratégia coesa de desenvolvimento sustentável e a participação da comunidade na localização dos ODS são essenciais. Essas estratégias podem apoiar agendas globais ameaçadas pela instabilidade política nacional.
Cantar; Endere e Zulaica	Analisar a articulação entre os conceitos de sustentabilidade e patrimônio cultural desde 1960 até os dias atuais.	A inclusão dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade na preservação do patrimônio é recente, mas o vínculo entre essas ideias nos documentos do ICOMOS e da UNESCO existe desde a década de 1960, com variações em intensidade e enfoques de debate.
Mialon, <i>et al</i>	Identificar as estratégias políticas utilizadas pelos agentes da indústria alimentícia no Brasil.	A indústria alimentícia no Brasil influenciou a saúde pública com lobby político, divulgação de informações e intimidação de profissionais. Ameaças legais silenciaram críticas e a indústria usou sua importância econômica e apoio aos ODS para desviar a atenção das dietas inadequadas, promovendo a responsabilidade pessoal. É crucial que profissionais de saúde e formuladores de políticas reconheçam essas táticas e implementem mecanismos para reduzir a influência negativa das corporações.
Silva, <i>et al.</i>	Verificar se as grandes empresas privadas do setor industrial que operam no Brasil cumprem os ODS estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, com o intuito de fornecer um retorno à sociedade sobre o desempenho empresarial na agenda de desenvolvimento sustentável.	Embora o relatório de sustentabilidade seja importante, sua periodicidade anual não assegura a real sustentabilidade da empresa. Para alinhar ações à Agenda 2030, é essencial integrar as práticas empresariais aos ODS. A padronização dos ODS facilita as práticas sustentáveis e elaboração de relatórios mais eficazes, permitindo comparações e promovendo a responsabilidade socioambiental. .
Pessina, <i>et al.</i>	Análise os projetos e programas do setor público no Brasil que receberam financiamentos externos de organismos multilaterais e bilaterais em âmbito federal, estadual e municipal entre 2000 e 2020.	O artigo analisa as principais fontes de financiamento internacional para o desenvolvimento no Brasil, identificando setores e unidades da federação beneficiadas. Avalia o impacto dos recursos recebidos entre 2000 e 2015 e após 2015, relacionando-os com as agendas da Cooperação Internacional, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os ODS

Alabí, <i>et al.</i>	A oficina buscou engajar partes interessadas nos planos de controle do câncer na América Central, utilizando filmes para promover sensibilização e discussão, incentivando a colaboração na Iniciativa de controle do câncer.	A participação na oficina, que visava aumentar a conscientização sobre a importância de melhorias nos sistemas de saúde e no acesso à atenção à saúde para populações vulneráveis, fortaleceu o compromisso entre as partes interessadas.
Koerich, <i>et al.</i>	O estudo investiga inovações de processo na administração pública e seu impacto nas ODS, especialmente no Objetivo 16, que aborda Paz, Justiça e Instituições Eficazes. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática e análise de conteúdo, seguindo o protocolo de Tranfield, Denyer e Smart (2003) e os princípios do Relatório Mundial do Setor Público em 2019.	Conclui-se que as práticas internas das instituições públicas podem impulsionar o alcance das metas da Agenda 2030. O estudo oferece embasamento e justificativa para decisões administrativas que apoiem a implementação de inovações de processo, ressaltando os benefícios tanto para a organização quanto para os cidadãos.

Fonte: Autor, (2024)

Os estudos realizados por Barzola & Mendonça (2020) destacam a grave situação socioeconômica da América Latina, evidenciando que, em 2020, o desemprego subiu de 27 milhões para 41 milhões, agravado pela pandemia da COVID-19. Apenas Argentina, Uruguai e Chile apresentam taxas de analfabetismo abaixo de 5%, enquanto no Brasil, em 2022, essa taxa era de 5,6%, representando 9,6 milhões de analfabetos. Além disso, cerca de 30% da população latino-americana não possui cobertura médica, revelando a necessidade de novas estratégias para atingir os ODS. Em relação à política ambiental, Litre et al. (2020) ressaltam que, embora o Brasil seja um líder em legislação ambiental, houve retrocessos devido a políticas governamentais. As ONGs desempenham um papel crucial, preenchendo lacunas deixadas pela burocracia estatal, embora enfrentem limitações, como a falta de recursos. Para superar esses desafios, essas organizações utilizam estratégias inovadoras que incluem mobilização da comunidade e a simplificação de processos.

Cantar, Endere & Zulaica (2021) abordam a relevância da sustentabilidade no patrimônio cultural, destacando a necessidade de um diálogo eficaz entre instituições governamentais para implementar políticas que atendam às recomendações internacionais. Mialon et al. (2021) analisam grandes empresas do setor alimentício, como Coca-Cola e Nestlé, que, embora se apresentem como promotoras da saúde, transferem a responsabilidade pela alimentação saudável aos indivíduos e utilizam estratégias de lobby que podem prejudicar a saúde pública, evidenciando uma desconexão entre retórica e prática. Silva et al. (2022) estudam as práticas de sustentabilidade de grandes empresas no Brasil, concluindo que, apesar de muitos relatórios estarem alinhados aos ODS, a profundidade das ações é variável e a regulação estatal é crucial para garantir a eficácia. Pessina et al. (2022) investigam o financiamento internacional no Brasil, revelando que, entre 2000 e 2020, foram acumulados US\$ 91 bilhões em 517 projetos, com um foco crescente em políticas ambientais após 2015.

Alabí et al. (2023) discutem a implementação da Iniciativa Global para o Câncer Infantil, ressaltando a importância do envolvimento de stakeholders e do uso de narrativas para aumentar a conscientização e melhorar o acesso aos cuidados de saúde. Por fim, Koerich et al. (2023) estudam as inovações na administração pública, mostrando que elas estão alinhadas com os ODS, promovendo maior transparência e responsabilidade, além de engajamento cívico. Esses estudos em conjunto revelam a interconexão entre diferentes setores e a necessidade de abordagens integradas para enfrentar os desafios sociais e ambientais na região.

A implementação da Agenda 2030 da ONU exige reformas estruturais, incluindo a modernização das instituições e a democratização dos processos. Contudo, a burocratização dificulta essa execução, muitas vezes transferindo responsabilidades para organizações do terceiro setor, que enfrentam seus próprios desafios. Embora a participação público-privada seja incentivada, a fiscalização estatal e social é crucial, pois muitas empresas usam seu apoio

à Agenda como estratégia de marketing, enquanto outras se comprometem genuinamente com os ODS. A aplicação dos ODS enfrenta desafios que requerem planejamento e colaboração entre todos os setores, a fim de alinhar o Estado às necessidades da população. O Estado deve implementar a Agenda de forma integrada, formando parcerias transparentes com ONGs e setor privado, sendo necessário intensificar a fiscalização sobre empresas que alegam contribuir para a sustentabilidade, mas que prejudicam o socioambiental em busca de seus objetivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou a importância da implementação das práticas do Plano Global dos ODS. Foi identificado que essa aplicação é essencial para manter a sustentabilidade, promover o bem-estar, a saúde, a educação e preservar os postos de trabalho. No âmbito público, a inovação é crucial para aumentar a confiança da sociedade nos serviços estatais, promovendo maior transparência e proximidade com os usuários. A participação de diversos atores, como a população, ONGs e empresas privadas, é fundamental para facilitar o alcance dos objetivos do Plano Global. No entanto, é necessário que o Estado se reformule, buscando alternativas para reduzir os impactos negativos da burocratização, e promovendo uma fiscalização mais efetiva para garantir que os ODS sejam alcançados de maneira transparente e com foco nos objetivos globais.

Durante a pesquisa, foram encontradas dificuldades relacionadas à escassez de conteúdo em português, o que levou à utilização de estudos em outros idiomas que podem não refletir fielmente a realidade local. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas considerem um período de análise mais amplo, desde o lançamento do Plano Global até a data atual.

REFERÊNCIAS

Alabí, S. F.; et al. Storytelling workshop to encourage stakeholder engagement with the Global Initiative for Childhood Cancer. *Rev Panam Salud Publica*, v. 47, 2023.

Aquino, A. R.; et al. *Sustentabilidade Ambiental*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius; OUERJ, 2015.

Barbieri, J. C. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

Barzola, M. V.; Mendoza, M. Políticas de Estado para a inovação social através do design. *Cuaderno 83 | Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-35232020000600015&script=sci_abstract. Acesso em: 15 fev. 2024.

Brito, E.; Oliveira, P.; Cândido, I. C. Empresas pertencentes ao índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) têm maior valor de mercado? *XXIV SEMEAD – Seminário em Administração*, nov. 2021.

Brizola, J.; Fantin, N. Revisão da Literatura e Revisão Sistemática da Literatura. *Revista De Educação Do Vale Do Arinos – RELVA*, 2017.

Cantar, N. M.; Endere, M. L.; Zulaica, M. L. La “arqueología” de la sustentabilidad en la concepción do patrimônio cultural. *Revista de Estudios Sociales*, v. 75, p. 71-86.

Cardoso, M. D. O. Agenda ESG, substantivo feminino: a relação entre presença de mulheres na alta liderança e sustentabilidade nas empresas. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, 2021.

Carvalho, G. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma Visão Contemporânea. *R. gest. sust. ambient.*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 779-792, jan./mar. 2019.

CMMAD. *Nosso futuro comum: Relatório Brundtland*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 46 p.

- Ferreira, D. H. L. Análise da Sustentabilidade de Empresas: Uma Aplicação da Análise Envoltória de Dados. *Revista Produção Online*, Florianópolis, SC, v. 19, n. 1, p. 3-20, 2019.
- Freeman, R. E. *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.
- Freitas, M. R. O.; Santos, S. M.; Cisóstomo, V. Nível de abrangência da informação ambiental divulgada nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras com potencial de impacto ao meio ambiente. *Revista Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 143-161, set./dez. 2018.
- Frizon, A. J.; Eugênio, T.; Falcão, A. S. Is it worthwhile for organizations to have socially responsible management practices? *RAE - Revista De Administração De Empresas*, v. 62, n. 5, e2021-0299, 2022.
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Koerich, A. B.; et al. Os impactos das inovações de processo na administração pública à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 3, p. 845-862, jul./set. 2023.
- Lara, A. V. O.; Serafim, A. B. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas empresas de Araucária e região. Anais Simpósio De Pesquisa E Seminário De Iniciação Científica. Disponível em: <https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/115>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- Litre, G. et al. Achieving the Sustainable Development Goals through good enough governance: lessons from Argentine and Brazilian municipalities. *Agrociencia Uruguay*. Disponível em: <http://agrocienciauruguay uy/ojs/index.php/agrociencia/article/view/139>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- Mata, C.; Fialho, A.; Eugênio, T. A decade of environmental accounting reporting: What we know? *Journal of Cleaner Production*, v. 198, p. 1198-1209, 2018. doi: 10.1016/j.jclepro.2018.07.087.
- Mialon, M.; et al. Um processo consistente de gerenciamento dos stakeholders pode garantir a ‘licença social para operar’: mapeando as estratégias políticas da indústria alimentícia no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 37, Suppl 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6qDcHB3yz5ZvhQNGPvyZM3s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- Morais, G. M.; Martins, H. C.; Santos, V. F. Relatórios de sustentabilidade de empresas mineradoras no Brasil: uma análise do seu alinhamento com a agenda de sustentabilidade global e especificidades locais. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 39032-39059, 2020.